



Anais da Assembléia

N. 140

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XLII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 120.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1.987
QUARTA - FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, secretariada pelos Srs. Deputados Vera Agibert e Artagão Mattos Leão.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Raul Lopes e Valderi Mendes Vilela (35). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Edmar Luiz Costa, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Felinto, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antonio Setti, Paulino José Delazeri, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a Preferência de Discussão e Votação aos Projetos de Lei n. 350/87, que trata da majoração dos servidores públicos estaduais; 305/87, que retifica o art. 1.^o da Lei n. 7522, de 17.11.81 e do Projeto de Lei Complementar n. 351/87, que objetiva alterar a redação dos incisos IV e V, do art. 84, das Subseções IV e V do Capítulo II, Título III e dos Arts. 88 e 89 da Lei Complementar n. 14. de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, e especialmente atendendo os precisos termos do § 2.^o do art. 5.^o da Lei Federal n. 1579, de 18 de março de 1952, e demais disposições constitucionais e regimentais vigentes, vem a Vossa Excelência, com o devido acatamento, ouvido o Plenário, REQUERER a prorrogação de prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada para apurar irregularidades no esporte paranaense, dada a complexidade do assunto e a vastidão de provas a ser coligidas.

Outrossim, requer ainda que a dilatação do prazo pretendida, estenda-se até o final da próxima sessão legislativa.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Comissão de Segurança, através dos Deputados abaixo-assinados, Presidente e Vice da mesma, REQUER na forma regimental, da Mesa Executiva da Assembléia, após ouvido o Plenário, sejam tomadas as providências no sentido de que seja encaminhado convite formal ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, para que, em dia e hora previamente combinados e marcados, da semana que se inicia até 30 de novembro, para que compareça perante esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a crise gerada na Polícia Civil por denúncias de corrupção, praticadas por elementos da mesma, e feita por Delegados de Polícia através da imprensa escrita e falada do Paraná.

Sala das Sessões em 25.11.87.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando estudos com vistas à interiorização da Pasta, com a ida do Secretário e sua equipe, e à criação de mecanismos que propiciem às escolas interioranas uma adequação maior dos currículos à realidade rural, já que os escolares encontram nos livros didáticos, a eles impostos, realidades que não as suas; inclusive remuneração mais condizente aos respectivos professores, que além da responsabilidade de ensinar, ainda assumem outras atividades paralelas, tais como, limpeza de salas de aula, preparação de merenda escolar e desenvolvimento da assistência social.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando informações a respeito do Projeto de Federalização do Instituto Politécnico Estadual.

Muitas são as pessoas que nos têm pedido informações a respeito do referido projeto e, visando atendê-las, havemos por bem utilizar-nos desse requerimento, com o único objetivo de melhor esclarecer aos interessados.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER envio de expedientes aos representantes do Paraná no Senado da República.

Sala das Sessões em 25.11.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A Câmara dos Deputados aprovou recentemente, através de voto de liderança, projeto de lei que amplia a incidência do ISS - Imposto Sobre Serviços, de 50 para cerca de 107 atividades econômicas.

A forma apressada e pouco atenta como foi encaminhada a questão já revela a pos-

sibilidade de falta de consistência na medida proposta. Em que pese a intenção de aumentar a receita dos municípios tão carentes de recursos, saltam à primeira vista alguns absurdos que são cometidos. Entre alguns exemplos destacamos a incidência de ISS sobre ligações telefônicas, além de estendê-lo a outras atividades que, por sua natureza, deveriam permanecer isentas.

O referido projeto de lei, que se refere a uma lei complementar, deve ser submetido à apreciação do Senado. É nosso entendimento que, da forma como está, a matéria não deve ser aprovada. É indispensável que uma medida que envolve diretamente os municípios, seja por eles debatida. Além do mais, já é imensa a carga tributária que recai sobre o cidadão, não havendo a menor possibilidade da criação de novos e, como no caso, absurdos impostos.

Portanto, em defesa dos interesses de nossos municípios e dos cidadãos, é preciso rejeitar aquele projeto de lei complementar no Senado da República.

Pelos motivos já expostos, o Deputado que o presente subscreve, requer o envio do expediente anteriormente mencionado, aos representantes do Paraná no Senado, Excelentíssimos Srs. Senadores Francisco Leite Chaves, Affonso Alves de Camargo e José Richa, solicitando dos mesmos a adoção de posição contrária ao projeto de lei complementar que altera o ISS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições regimentais que lhe são conferidas, vem a Vossa Excelência, com o devido acatamento, REQUERER, ouvido o Plenário, o envio de expediente dirigido ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, nos termos constantes em anexo.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO

"Senhor Secretário:

Instado pela operosa população do Bairro Bom Retiro, nesta Capital, com abaixo-assinado que, em sua forma original passo às suas mãos, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para ponderar e pleitear o seguinte:

Há alguns anos a Secretaria de Estado da Segurança Pública fez instalar no Bairro Bom Retiro um módulo policial para atendimento à ordem pública da localidade.

Referido módulo, durante o tempo em que se manteve em atividade, atingiu plenamente suas finalidades, prestando a toda comunidade atendimentos de grande relevo, notadamente no que respeita ao policiamento preventivo, o que proporcionou tranquilidade e paz na vida de tantos quantos dele se serviram.

Por motivos cujas razões são desconhecidas, de algum tempo a esta parte, esse serviço de grande utilidade foi desativado.

Com essa atitude, rompeu-se o último liame existente entre a população e a segurança pública.

Atualmente, o temor, a intranquilidade e a insegurança, voltaram a habitar o bairro.

A população, perplexa, volta a presenciar cenas de violência e assaltos.

Adultos e crianças passaram a viver confinados em seus lares, impossibilitados das atividades inerentes a uma vida normal.

Assim, Senhor Secretário, como porta-voz desses munícipes, pretendo atingir o âmago de sua sensibilidade, pleiteando a imediata reativação do módulo policial, com a finalidade de fazer retornar ao meio comunitário a paz, a segurança e a tranquilidade tanto almejadas.

Sabedor de que Vossa Excelência nunca se manteve alheio aos problemas que lhe são seriamente colocados, e aguardando manifestação favorável ao apelo, reitero, na oportunidade, em meu nome pessoal e em nome dos subscritores do manifesto, as manifestações de apreço que me são costumeiras.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Deputado Estadual

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, e ao Ilustríssimo Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, Dr. Antônio Correia Ribas, no sentido de que venha a ser viabilizada a construção de pavimentação asfáltica entre Vila Bonita e Sede Dom Carlos, no Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O povo de Vila Bonita e Sede Dom Carlos, no Município de Pato Branco, traz até nós justa reivindicação no sentido de que se construa a pavimentação asfáltica entre essas duas localidades.

Os problemas que freqüentemente ocorrem, em termos de transportes e comunicação, são sérios na região, pois a população não tem outra via de acesso.

A construção da mencionada estrada trará inúmeros benefícios à região; é hora de se fazer justiça.

Visando, portanto, beneficiar os paraenses que lá residem e os que por lá trafegam, é que apelamos aos bons ofícios

do Senhor Secretário e do Senhor Diretor do DER, no sentido da agilização e execução de tão importante obra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja autorizada a construção da ligação asfáltica entre o Município de Flórida e o Distrito de Ângulo - Município de Iguaraçu, numa extensão de aproximadamente 13 km.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que assina o presente requerimento vem recebendo ofícios de cooperativas, empresas de transportes e municípios vizinhos, no sentido de ser atendida a necessária pavimentação entre aqueles municípios.

A comunidade de Flórida e Iguaraçu, através de seus representantes, os prefeitos Pedro Vicentin e Primo Vandanir Bozelhe, respectivamente, e os órgãos representativos de classes, não se cansam de redigir ofícios a todas autoridades estaduais constituídas, sem merecerem o necessário respaldo.

No atual programa de Governo, estão inclusos 7.500 km de rodovias a serem asfaltadas, portanto, é chegada a hora, Senhor Governador.

Os senhores vereadores floridenses, em ofício a nós encaminhado, em certo momento afirmam, com razão, que durante tantos anos deram apoio ao Governo do PMDB, cobramos agora, de Vossa Excelência, para que a PR-461, no trecho que liga os dois Municípios, esteja incluído entre os primeiros do programa, certos de que Vossa Excelência, através de seu trabalho sério e incansável, não medirá esforços para que tão dignificante obra se realize pelo bom desenvolvimento da Região Norte do Estado.

Na certeza de contar com o apoio dos nobres Deputados, na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo aos Prefeitos Municipais, Presidentes de Câmaras e a todos os vereadores de ambos os municípios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizada a liga-

ção asfáltica em áreas urbana e rural do Município de São João do Caiuá.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica na Avenida Dr. Antonio Moraes de Barros conta com uma extensão de 6.919m², e a estrada rural NQ-002, que liga São João do Caiuá ao Município de Inajá conta com uma extensão de 18 km.

Tal solicitação proporcionará melhores condições de acesso à cidade e ao Município de Inajá, tendo em vista as péssimas condições de tráfego nos referidos trechos, por falta de asfalto.

Na certeza de poder contar com o apoio dos nobres Deputados na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e a todos os vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizada a pavimentação asfáltica da Avenida Marechal Cândido Rondon, no Município de Xambrê.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica da Avenida Mal. Cândido Rondon, numa extensão de 9.000 m², proporcionará melhores condições de tráfego de veículos, pois a mesma se encontra praticamente intransitável.

Na certeza de poder contar com o apoio dos nobres Deputados na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e a todos os vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizada a pavimentação asfáltica de várias ruas do Município de Diamante do Norte.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica das ruas Reynaldo Massi, Maranhão, Minas Gerais, Amazonas, Mato Grosso, Bahia, Avenidas São Paulo e Brasil, perfaz um total de

19.694m².

A presente reivindicação trará melhores condições de acesso às ruas da cidade, que se encontram em estado precário para tráfego de veículos.

Na certeza de poder contar com o apoio dos nobres Deputados na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e a todos os vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a fim de verificar a viabilidade de executar pavimentação asfáltica, meio-fio e sarjetas, nas vias urbanas, do Município de São Pedro do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica das ruas Curitiba, Porto Alegre, Guanabara e Avenida Goiás, juntamente com meio-fio, e sarjetas, perfaz um total de 5.000m², e proporcionará melhor acesso à cidade, tendo em vista o péssimo estado para o tráfego de veículos.

Na certeza de poder contar com o apoio dos nobres Deputados na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e a todos os vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizado o recapeamento de várias ruas no Município de Santo Antônio do Caiuá.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

O recapeamento das ruas Sílvio Monteiro Carneiro, Ibiruba, José Pina, Marabá, São Paulo, Santo Antônio, São Jorge, São Miguel, São Pedro e Rua das Américas, perfaz um total de 30.000m².

Tal solicitação proporcionará melhor acesso às ruas da cidade, pois as mesmas se encontram em precárias condições de uso.

Na certeza de poder contar com o

apoio dos nobres Deputados na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e a todos os vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizado o recapeamento asfáltico de várias ruas no Município de Marilena.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

O recapeamento das ruas Natal, Santos Dumont, Santa Terezinha, Ivaí, Goiânia, Santos, José Mantuani e trecho da Avenida Paraná, perfaz um total de 16.800m².

Tal solicitação proporcionará melhores condições de acesso às ruas da cidade, que se encontram em péssimo estado de conservação.

Na certeza de poder contar com o apoio dos nobres Deputados na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e a todos os vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizado o recapeamento asfáltico de várias ruas no Município de Jardim Olinda.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

O recapeamento das ruas Gonçalves Dias, Rui Barbosa, Projetada, Avenida Siqueira Campos, Tiradentes e Duque de Caxias, perfaz um total de 12.020m².

Tal solicitação proporcionará melhores condições de acesso às ruas da cidade, que se encontram em péssimo estado de conservação.

Na certeza de poder contar com o apoio dos nobres Deputados na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e a todos os vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizado o recapeamento asfáltico na Avenida Sergipe, no Município de Iguaraçu.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

O recapeamento da Avenida Sergipe, conta com uma extensão de 5.170m², proporcionará melhores condições de tráfego na referida rodovia, que se encontra em péssimo estado de conservação.

Na certeza de poder contar com o apoio dos nobres Deputados na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e a todos os vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizado o recapeamento asfáltico em vias urbanas do Município de Cafeara.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

O recapeamento asfáltico da Avenida Paraná e da Rua Dr. Anízio Luz, perfaz um total de 3.000m².

Tal solicitação trará melhores condições de acesso às ruas da cidade, tendo em vista que as mesmas se encontram intransitáveis, gerando transtornos à comunidade.

Na certeza de poder contar com o apoio dos nobres Deputados na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e a todos os vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizado o recapeamento asfáltico de várias ruas do Município de Santa Inês.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

O recapeamento asfáltico das ruas Sebastião Gregório Ferreira, Dante Marcate, Amazonas, Governador Munhoz da Rocha, per-

faz um total de 10.854m2.

Tal solicitação trará melhores condições de acesso às ruas da cidade, tendo em vista que as mesmas se encontram em condições precárias de uso.

Na certeza de poder contar com o apoio dos nobres Deputados na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e a todos os vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações sobre o andamento da ligação asfáltica, entre os Municípios de Adrianópolis - Bocaiúva do Sul, numa extensão de aproximadamente 90 km.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que officie ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações referentes ao andamento da construção de uma ponte sobre o Rio Capivari, na localidade de Patinhos, que liga os Municípios de Campina Grande do Sul a Bocaiúva do Sul, numa extensão de aproximadamente 40m.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, solicitando informações sobre a possibilidade de instalação de uma agência do referido Banco, no Município de Flórida, a qual virá melhorar as atividades econômico-financeiras da comunidade local, não precisando assim a população se locomover aos municípios vizinhos para cumprir seus compromissos bancários.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO,

solicitando informações sobre a possibilidade de instalação de uma agência do referido Banco, no Município de Iguaraçu, o que virá melhorar as atividades econômico-financeiras da comunidade local, não precisando assim a população se locomover aos municípios vizinhos para cumprir seus compromissos bancários.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, solicitando informações sobre a possibilidade de instalação de uma agência do referido Banco, no Município de Campina Grande do Sul, a qual virá melhorar as atividades econômico-financeiras da comunidade local, não precisando assim a população se locomover aos municípios vizinhos para cumprir seus compromissos bancários.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, solicitando informações sobre a possibilidade de instalação de uma agência do referido Banco, no Município de Xambrê, o que virá melhorar as atividades econômico-financeiras da comunidade local, não precisando assim a população se locomover aos municípios vizinhos para cumprir seus compromissos bancários.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Doutor Ivan Gradowski, Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando ao mesmo a criação e instalação de um Posto de Qualificação Eleitoral no Jardim Independência, no Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi, conta atualmente com aproximadamente 17 mil eleitores, sendo que 40% deste eleitorado está concentrado nos bairros Jardim Independência

cia e Jardim Panorama, bairros estes, que devido a sua localização geográfica muito próxima de Maringá, continuam provocando a evasão de eleitores de Sarandi para este Município vizinho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, a seguinte solicitação:

Balizamento do Aeroporto de Umuarama, para sua operacionalização no período noturno.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o pedido, tendo em vista tratar-se do único aeroporto de porte da região, cuja demanda cresceu significativamente nos últimos anos. Em face disso, tem sido enormemente dificultada a operação de vôos por falta de balizamento, uma vez que sua utilização no período noturno é bastante solicitada.

Isso se verifica por tratar-se de Município pólo-microrregional, bastante visitado por autoridades administrativas do Estado, como também por produtores, comerciantes, industriais etc.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este subscreve, solicita seja enviado à direção do Teatro Guaíra, (Fundação ligada à Secretaria de Estado da Cultura), após ouvido o Egrégio Plenário, desta Assembléia, ofício solicitando que uma das "matinêes" das récitas programadas para o Ballet Guaíra - com a remontagem do ballet de Natal de Tchaikowsky, "Suíte Quebra Nozes" - seja franqueada às famílias de ex-presidiários, conforme distribuição de ingressos a ser coordenada pelo Serviço de Assistência Social da Prisão Provisória do Ahú, num total de 1 mil 350 ingressos - o restante da lotação do Grande Auditório poderia ser entregue a outras platéias também carentes.

Assim, o Estado do Paraná celebraria o Natal da família do ex-encarcerado, dando-lhe chance de ter acesso a um ballet cheio de beleza e magia, que é tradicionalmente encenado nos palcos de todo o mundo pelo tempo do Natal, há mais de 100 anos. Seria uma prova de democracia na área cultural. Seria um investimento numa platéia nova, a quem tem sido negados bons bocados do grande pão da vida e dos bens

culturais. Seria uma ocasião das crianças e seus pais, pela música, superarem a marginalização, decorrente da situação pós-carcerária.

Tradicionalmente composto para o tempo do Natal, o ballet "Quebra Nozes", é um sonho de véspera do Nascimento de Jesus, e pode, com sua fantasia ampliar os horizontes dos oprimidos pela pobreza, e fortalecer o espírito dos que já sofreram punições da sociedade.

Rogamos que os contatos da direção do Teatro Guaíra se façam com as assistentes do Presídio, sob a responsabilidade da Senhorita Magali Gubert, no telefone 253-3311 ramal 29, ou da coordenadora Cleidimara, no fone 224-0926; ou com nosso gabinete fone 234-7522 ramal 231.

Há urgência, mas a boa-vontade pode superá-la.

Há a grande chance de abrir o Teatro aos mais desfavorecidos.

Há a possibilidade de repartir o espírito do Natal com os oprimidos.

A proposição é não partidária, e voltada exclusivamente para a solidariedade e para os elevados objetivos institucionais do Teatro Guaíra, da Secretaria de Estado da Cultura, e da própria justificação da existência do Ballet Guaíra, com montagens como "Quebra Nozes", de cenários e figurinos existentes desde pelo menos 1983/84.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviada cópia deste expediente à Irmã Maria da Pastoral da Criança, órgão vinculado à Diocese Metropolitana à Rua Jaime Reis, 369, Caixa Postal 1371, cumprimentando-a pelo relevante e meritório trabalho que vem desenvolvendo junto às famílias mais carentes da população paranaense, na divulgação, preparo e instruções para aplicação do soro caseiro, como medida preventiva ao combate da diarreia e desidratação que atacam nossas crianças.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A campanha do "Soro Caseiro", de iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos e a nível nacional, encontrou ressonância em nosso Estado, através da Pastoral da Criança, tendo a frente, a dedicada Irmã Maria e seus colaboradores. Trabalho meritório, de relevante cunho social e assistencial, tem por finalidade, divulgar e ensinar o preparo do "Soro Caseiro" às famílias mais carentes da população paranaense, com o fornecimento de materiais,

des como, a sua aplicação às crianças, como medida preventiva ao combate da diarreia e desidratação que, nesta época, atacam-nas, levando-as, muitas vezes, à morte.

Dela, fazem parte voluntários e demais segmentos da sociedade, adrede preparados para esse mister e divididos entre as paróquias.

É, de fato, uma colaboração importante para a diminuição do índice de mortalidade de crianças que são acometidas desses males, principalmente, com a chegada do verão.

Parabenizo a Irmã Maria e todos os seus colaboradores por esse sacerdócio assistencial, na salvaguarda de nossas crianças, vítimas da diarreia e da desidratação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário da Casa, REQUER a inserção nos Anais da inclusa matéria publicada no dia 23 próximo passado, no matutino "Gazeta do Povo", focalizando "Quanto Custa o Parlamento Aberto?". (Sempre haverá quem pague o dobro para mantê-lo fechado. (Ex-Deputado Emílio Carrazai).

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 359/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro no Município de Xambrê.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) QUIÉLSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, dentro de suas finalidades estatutárias, presta à coletividade de Xambrê, gratuitamente, assistência material, moral e espiritual, particularmente à maternidade e à infância, zelando pela proteção, higiene, saúde, recreação, orientação à educação das crianças, do modo especial àquelas cujas mães trabalham fora do lar.

A documentação que acompanha o presente Projeto de Lei, por si só comprova o

preenchimento das normas legais, exigidas na legislação vigente.

Nas condições expostas, é que apresentamos o referido Projeto de Lei, esperando contar com o apoio e posterior aprovação pelos nobres Deputados desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 360/87

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado de Hans Lapuse, o acesso rodoviário que liga a sede do Município de Ivaiporã à BR- 466, no Município de Jardim Alegre.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente Plano de Lei é o de prestar uma justa homenagem a alguém que muito trabalhou no desenvolvimento de nosso Estado, mais precisamente ao Vale do Ivaí.

Hans Lapuse, nosso homenageado, nasceu na Alemanha. Ainda criança veio com seus familiares para o Brasil, residindo primeiramente no Estado de São Paulo, transferindo-se para Londrina e posteriormente para a Cidade de Ivaiporã, onde, como agrimensor, demonstrou todo seu espírito de benevolência, retidão e honestidade. O "Curriculum-Vitae", que estamos anexando, por si só, vem justificar a nossa proposição.

"CURRICULUM VITAE"

DADOS PESSOAIS:

Nome: HANS LAPUSE

Data de Nascimento: 13 de agosto de 1917

Local de Nascimento: Dantzig - Alemanha

Filiação: Erwin Lapuse- Natural da Alemanha

Ida Lapuse- Natural da Alemanha

Cônjuge: Lydia Vicente de Castro Lapuse

Filhos: Hans Lapuse Filho

Maria Augusta de Castro Lapuse

Data de falecimento-10 de fevereiro de 1975.

DOCUMENTAÇÃO:

Carteira de Identidade p/Estrangeiro- Permanente n° 90.483 - 2.ª via Curitiba Pr.

Data e Local de Desembarque no Brasil:

25 de dezembro de 1931

Porto de Santos - São Paulo

FORMAÇÃO ESCOLAR:

Curso Primário - Dantzig - Alemanha
 Curso Ginásial - Dantzig - Alemanha

Ao terminar o Curso Ginásial a família mudou-se para o Brasil.

Hans Lapuse terminou sua formação Escolar no Brasil, na cidade de São Paulo. Fez em Londrina- Pr, muitos cursos extra-curriculares.

BREVE HISTÓRICO:

No Norte do Paraná, Hans Lapuse trabalhou por muitos anos na Companhia de Terras do Norte do Paraná, tendo sempre conduta exemplar.

Hans Lapuse veio para o Brasil com 14 anos com toda a família, pais e duas irmãs, acompanhados de outras famílias alemãs de Dantzig. Vieram para Londrina, sendo ali pioneiros.

Com a esposa e os filhos, morou em Ivaiporã, medindo toda a gleba Ubã, com 85 mil alqueires. Moraram numa casa pré-fabricada, igual e ao lado da casa do Senhor Braulio Barboza. Na época, havia o irmão do Senhor Braulio, o Senhor Léo Barboza, sempre muito amável e gentil.

Havia o engenheiro agrônomo João Lau-ro, que em cima dos tratores aplainava Ivaiporã, que só possuía uma rua com casebres de pau a pique, um padeiro que era o farmacêutico, um açougueiro que abatia uma vez por semana.

Havia luz e água encanada da firma Barboza, todo o conforto. Diversos empregados vindos do Norte-Londrina, Cambé, Arapongas, etc, no Escritório da Companhia Barboza.

Mudaram para Pitanga em maio de 1956, onde Hans Lapuse, mediu o Piquiri e Regiões, morando lá por 2 anos. Após isto, mudaram novamente para Ivaiporã, tendo lá duas fazendas "Bom Retiro" e "Boa Esperança", ambas de plantação de café. Na fazenda "Bom Retiro", tinham uma casa, e, será nesta fazenda que passará a Rodovia. Tinham também uma casa aqui em Curitiba.

Mediu a Serra dos Dourados, onde os índios arrancavam os piquetes de marcação. Mediu toda a gleba de Capanema, fez o campo de aviação.

Fez muitos outros serviços de medição em outros locais.

Por onde passou, Hans Lapuse, deixou marcas de competência, integridade, retidão de caráter, benevolência.

O SR. PRESIDENTE (Djalma de Almeida César)
 É lida e aprovada a Ata. Não há expediente a ser lido.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Se-

nhor Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"O empresariado nacional vem decantando, de muito tempo, o processo de estagnação econômica do País, gerador de crescentes incertezas que, mais e mais vem aprofundando, indelevelmente, a recessão crônica.

Na esteira desta situação crítica, a omissão e incompetência do Governo Federal está condenando, de morte, todos os microempresários e micropodutores rurais do País.

A incerteza nos rumos da economia, aditada à perspectiva da inflação recrudescida, vem cerceando toda e qualquer iniciativa de novos investimentos.

Na mesma ponta da linha, as condições que o Governo insiste em impingir aos microempresários e micropodutores rurais, de fornecer-lhes o crédito à base dos reajustes da OTN, mais juros, vêm inviabilizando, de forma cabal, que ambos os setores se inspirem e produzam com a segurança de que poderão, nos prazos contraídos, honrar seus compromissos.

Num País, em que o crescente processo de estatização da economia afivela a iniciativa privada à ação e omissão do Estado, cumpre ao Governo, nas atuais circunstâncias, drenar recursos para o socorro da economia sob pena de vermos esmorecer, na esqualidez das falências que se sobreporão, todo o acervo das microempresas e o vasto contingente de empregos que foram criados à sua sombra.

Ao Governo, pois, que tem se esmerado no ofício de criar empecilhos ao florescimento de novas empresas e à produção rural de pequena escala, compete salvar o pouco que sobreviveu à avalanche da inflação insolente, quem sabe até, ao risco de acrescentar um novo item de despesas ao "Déficit Público", criar uma linha de financiamento de juros subsidiados, ou transferindo uma parcela do imposto de renda das instituições bancárias em proveito desses agonizantes setores econômicos.

O momento, a todas as luzes, não recomenda a omissão de Governo. Mais do que nunca, é hora de arregaçar as mangas e criar estímulos novos que permitam a sobrevivência dos microempresários e dos micropodutores rurais do Brasil e do Paraná, com toda a ênfase que o momento requer.

Neste sentido, estamos remetendo cópia deste pronunciamento ao Ministério da Fazenda, apelando pela sua intervenção e solução dos graves problemas que foram criados.

O SR. PRESIDENTE - (Djalma de Almeida César)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Senhor Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estou encaminhando à Mesa e aguardo para apanhar a assinatura do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, um convite ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, para que venha em audiência, na Comissão de Segurança Pública desta Casa, para esclarecer a crise pela qual passa hoje a nossa gloriosa Polícia Civil do Estado do Paraná.

Não pode, esta Casa silenciar diante dos fatos que aí estão acontecendo e nem pode ficar alheia a um assunto por demais importante, porque hoje a imprensa toda destaca as acusações entre Delegados de Polícias e policiais, existindo uma série de crimes, não apenas o crime de sangue, mas outros delitos, outros crimes por trás dessa crise toda que se abateu sobre a nossa Polícia.

Por isso, é por demais importante que esta Comissão que tem a presidência o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem esse Parlamentar como seu vice-Presidente, e também a integrá-la o Deputado Raul Lopes, homem também de segurança. É por este motivo principal que esta Casa não pode, de maneira nenhuma, silenciar diante deste quadro triste que nós vemos hoje se abatendo sobre a nossa Polícia.

Por isso eu peço a compreensão dos demais companheiros da Comissão de Segurança, para que este requerimento seja evidentemente aprovado e que Sua Excelência o Senhor Secretário venha, a convite desta Comissão, trazer alguns esclarecimentos. É claro que, através da imprensa, alguns já estão sendo dados.

Nós temos aqui nesta tarde, para alegria nossa e para honra deste Legislativo, a presença de um dos maiores repórteres policiais do Estado do Paraná, o repórter J.P., que tem acompanhado atentamente esta situação. Nós não podemos, repito mais uma vez, silenciarmos em função desta situação toda. A população curitibana, a população deste Estado do Paraná não merece ouvir e ver tanta bandalheira e safadeza da parte de elementos que já não deveriam mais estar nos quadros da Polícia, mas que, lamentavelmente, por um motivo ou por outro, que não cabe a mim neste momento aqui nesta tribuna, vir fazer tais declarações. O farei, também, a partir de segunda-feira, com muito prazer, as cobranças necessárias, em nome do povo desta cidade e agora mais do que nunca, em nome do povo deste Paraná, através de um microfone

que se abre para mim, a partir da próxima segunda-feira. Fecharam-me uma porta, cinco se abriram. E a partir de segunda-feira, através das ondas médias da Rádio Clube, através das suas 4 ondas curtas, estarei falando não apenas para Curitiba, mas para o Brasil e para o mundo, até haja vista o alcance das ondas curtas da Rádio Clube, a mais antiga emissora do Estado do Paraná, a pioneira, que me recebe, a partir da próxima segunda-feira, no horário das 6:30 até as 10:00 horas da manhã. Estarei então, a partir de segunda-feira, fazendo as cobranças que se fazem necessárias na área da Segurança. Mas é preciso que esta Casa, repito uma vez mais, em especial a nossa Comissão de Segurança que tem a integrá-la 3 homens diretamente ligados a esse setor, não silenciar. Nós queremos aqui convidar o Secretário e não pensem que é minha iniciativa quando sei que tal proposta receberá o apoio do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Peço mais 30 segundos, só para complementar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Mais 30 segundos, para Vossa Excelência concluir.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado.

Tenho certeza que terei o apoio, a presença de Sua Excelência o Senhor Secretário nesta Comissão, para esclarecer oficialmente ao Parlamento, de como está realmente a situação, de momento, na Polícia Civil. Era apenas isto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Encerrado o Pequeno Expediente, passamos agora ao Grande Expediente.

Consulto o ilustre Deputado Basílio Zanusso, do Partido da Frente Liberal, se fará uso da palavra.

Vossa Excelência, ilustre Deputado, tem 30 minutos no Grande Expediente.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhores e Senhoras com assento nesta Casa, Senhor Presidente.

Fiz a minha inscrição no Grande Expediente com a intenção de falar sobre assunto diverso ou diferente do que passarei a abordar. Trago, Senhores Deputados, um exemplar do "Correio de Notícias", que chamou a minha atenção. Embora o assunto tenha ocupado os espaços da imprensa nos últimos dias, sobejamente, ainda refere-se ao que ganha o Deputado Estadual do Paraná. Este assunto não me parece, a essa altura, muito ético, vir tratá-lo na tribuna, ainda assim eu o faço, porque algumas tentativas, este Deputado fez algumas providências no sentido de que fosse tomada

alguma posição por parte de todas as Bancadas, juntamente com a Comissão Executiva, dada a gravidade do assunto que considero.

Ainda na segunda-feira, eu consultei o Presidente desta Casa e o Sr. 1º Secretário sobre a possibilidade de nós nos reunirmos, logo após a Sessão Plenária, para discutirmos o assunto. Na segunda-feira não foi possível por dois motivos: pelo sepultamento do ex-Prefeito da cidade vizinha de Piraquara e a Assembléia fez-se representar por alguns Parlamentares naquela oportunidade, e também principalmente, porque a sessão de segunda-feira estendeu-se até altas horas.

Ontem, voltei novamente a fazer contato com os responsáveis pela Mesa Executiva mas não foi possível uma reunião de Lideranças, em conjunto. Por esse motivo, venho à Tribuna deixar bem claro um posicionamento meu, provavelmente dos integrantes de minha Bancada, apesar de não estar autorizado para fazê-lo. O "Correio de Notícias" de hoje, que é um jornal sabidamente ligado ao Governo do Estado e ao seu partido, informa sobre os assuntos políticos muito bem, dá espaço para quatro ou cinco notícias sobre essa campanha, que, acredito, até orquestrada, de desmoralização à Assembléia, mas que nós devemos, os Deputados e a Assembléia, de uma forma oficial, informar o povo da forma mais clara possível.

Na coluna do conceituado jornalista Eduardo Sheinard, depois de algumas considerações, refere-se, no item 5º, que informes procedentes do interior do Estado dão conta que é muito grande a revolta das classes produtoras com o aumento que os próprios Deputados concederam, majorando seus proventos para cerca de Cz\$ 450 mil cruzados mensais. Registra-se ameaças de espancamento aos novos milionários. Os Senhores vejam a repercussão do assunto.

Uma proposta que vem ganhando adeptos entre os suinocultores é de que a melhor maneira de demonstrar o repúdio ao aumento abusivo, seria descarregar um caminhão de porcos em frente da Assembléia Legislativa.

Pois bem, continua fazendo alusão ao mesmo assunto na página número três dizendo: o Orçamento vai à sanção do Senhor Governador. E diz a notícia. A Assembléia Legislativa aprovou ontem, em Redação Final, substitutivo geral do Orçamento do Estado do Paraná para 1988. Agora o Projeto aprovado vai para a Mesa do Senhor Governador para ser sancionado, só que Álvaro Dias anunciou que vai vetar a emenda do Presidente da Assembléia Antônio Annibelli, que transfere Cz\$ 81 milhões da FASPAR para os Deputados Estaduais usarem como verba de assistencialismo.

Lá na frente, ainda a mesma notícia, não sei se é "release" distribuído pelo Palácio, o técnico da Secretaria do Planejamento ressaltou que o Presidente da Assembléia se quisesse mesmo distribuir esta verba para os Deputados, a fim de que eles pudessem utilizar para, entre aspas "atender aos problemas sociais, contratos", apresentados aos Parlamentares conforme Annibelli afirmou em sua justificativa para emenda, ele deveria ter escolhido o item do Orçamento, entre aspas, "subvenções sociais". Do jeito que está, este dinheiro não poderá ser usado pelos Deputados e tende a ficar guardado no cofre da Assembléia Legislativa. Depois disso, vem uma terceira notícia que "embora a maioria dos Deputados devessem escolher a proposta de fixação de verba e representação de 250 OTN's ela não vai entrar em vigor em janeiro, como estava determinado no projeto, aprovado em uma única votação. Segundo o Deputado Anibal Khury falta ainda a votação de Redação Final.

Depois, há uma outra notícia que o Deputado Delazeri apresentou um Projeto suspendendo a proposição que quer reajustar a verba de representação em OTN's. Depois há uma outra notícia da coluna do conhecido e competente jornalista Luiz Geraldo Mazza, referindo-se a Londrina. Ele disse: "Ação popular" "Uma ação popular em Londrina, levou a Justiça, Instância Superior, a decidir que Vereadores devem devolver o que receberam a mais ao fixar os seus vencimentos com indevida proporção aos percebidos pelos Deputados Estaduais, e estes, por seu turno, igualmente incorrem nos mesmos erros cometidos pelos Vereadores ao estabelecerem parâmetros proporcionais aos ganhos dos Deputados Federais. Esta situação deve ser analisada, no momento atual, até para inibir as disposições dos Parlamentares em perceberem o valor previsto para 1988". Daí, eu concluo dizendo que quem desmoraliza o Poder essencialmente político, que é o Legislativo, merece todas as sanções, além das de ordem moral. Aliás, a renovação será fatal, concluo por aí.

Com relação à situação de Londrina, estou informado, oficialmente, que os Vereadores terão que devolver cerca de Cz\$ 2 milhões de cruzados aos cofres do erário municipal.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é entendimento deste Deputado que esta Casa não pode silenciar sobre este assunto. É evidente que alguns Parlamentares desta Casa isoladamente, tomaram posição e manifestaram o que pensam sobre o assunto que eu esperava fosse tratado a nível de Assembléia Legislativa e não isoladamente. O Deputado Nereu Carlos Massignan consultou-me, ontem, da possibilidade de nós con-

versarmos, nos reunirmos, a fim de decidir para falarmos acerca deste assunto e prestarmos esclarecimentos à opinião pública paranaense do que está ocorrendo na Assembléia Legislativa. Eu disse ao ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan que também estou preocupado com as notícias e que julgava por demais necessário a reunião. Não o fazia naquele instante por que eu esperava encontrar-me com o Senhor Presidente da Casa, o Senhor 1º Secretário e, de resto com o 2º Secretário, porque fazem parte da Mesa. Como, lamentavelmente, não foi possível, eu estou aqui na tribuna para deixar claro este posicionamento pessoal, para dizer o seguinte: primeiro: votarei a favor da proposição que foi apresentada pelo Deputado Paulino José Delazeri não sei se a apresentou ou não, ou uma decisão das Bancadas desta Casa na revogação, na revogação da proposição que determina sejam revistas as nossas verbas de representação com base em OTN's. Não vejo nisso algum mal e não se trata de recuo, porque muitos dos Senhores Parlamentares que subscreveram a Proposição não leram e não entenderam, como se faz muito nesta Casa e nas Casas Legislativas, principalmente quando se trata de subscrever matéria ou Proposição de iniciativa de outro Parlamentar. Este apoio se dá nas Casas Legislativas comumente, sem que seja feita a leitura do documento. Entendo que esta proposição a que eu me refiro, que a verba de representação para o ano de 1988 será feita com base em OTN's, dessa forma aconteceu, pode e deve ser rejeitada ou não tentada, como queiram. De outro lado, também da maior repercussão foi a transferência no Orçamento, na Proposta Orçamentária do Estado, de Cz\$ 81 milhões de dólares - nós estamos falando muito em dólares, muito em empréstimos, aqui ultimamente - perdoem-me, de Cz\$ 81 milhões de cruzados da FASPAR ou da Secretaria de Ação Social para a Assembléia. Também não vejo, Senhores Parlamentares, nenhum crime nisto. Simplesmente Cz\$ 81 mil cruzados que seriam distribuídos para 54 Parlamentares atenderem aos seus Municípios, atenderem as regiões que os Parlamentares representam nesta Casa. Por que não? Qual a diferença entre ser destinado recurso pelo Executivo e por nós na Assembléia e o Poder Legislativo? O Deputado experiente e competente, Erondy Silvério, ainda há poucos dias dizia que na atividade pública, especialmente na representação popular, as atitudes do político devem ser consideradas como sérias e as corruptas, as contra o erário público, são exceção, porque aqui não tem um bando de desonestos. Se fosse carregada para a Assembléia Legislativa a importância de Cz\$ 81 milhões, mais ou menos, certamente cada Parlamentar saberia

destinar às entidades caritativas, filantrópicas, de atendimento social com as quais tem responsabilidade nas suas áreas. Concluindo, Senhores Deputados, Senhor Presidente, é entendimento porém deste Parlamentar que esta preocupação cabe mais à Mesa Diretiva da Casa, pois que ela tem é representada por uma Bancada com 2/3 da Assembléia Legislativa nesta Casa.

Portanto, a Bancada do PMDB e todos nós, mas especialmente a Bancada do PMDB e a Comissão Executiva, tem maior responsabilidade que as Bancadas Minoritárias nesta Casa e nós não podemos fazer, como disse ainda o Deputado Erondy Silvério, é enfiar a cabeça na areia, desconhecendo que aí fora, orquestrada ou não, com a intenção de desmoralizar os Senhores Deputados ou não, exigindo de todos nós ou de cada um de nós um posicionamento aberto, mas repito a essa altura da forma que estão colocadas as coisas, imaginem os Senhores que em Maringá, na presença do Senhor Governador do Estado, o Prefeito daquela Cidade, Said Ferreira, publicamente fez um apelo ao Senhor Governador do Estado para que ele interferisse, e tomasse alguma providência, fizesse alguma coisa para que os Parlamentares não viessem a receber uma remuneração tão exagerada como divulgada pelas notícias. E o que nós ouvimos do Senhor Governador do Estado, Senhores Deputados, é que estava reduzindo a sua remuneração, abrindo mão inclusive de uma garantia que dá a Constituição aos ex-governadores de uma renda vitalícia, e isto em favor da moralidade dos costumes e no exercício da atividade pública, com o qual está se preocupando e a bandeira principal é a de moralização no exercício da coisa pública.

Portanto, nós não ouvimos uma palavra ainda, Senhor Presidente, em defesa do Poder Legislativo. É preciso que nós esclareçamos, de vez, qual o posicionamento da Assembléia, nós, os Deputados. E ainda concluindo, Senhor Presidente, não vejo outra forma senão a de que cumparamos a Lei.

O que é que determina a remuneração dos Parlamentares Estaduais? A vontade de cada um? Não, Senhores. A vontade da Comissão Executiva? Não, Senhores.

Há uma disposição legal de duas ou três linhas na Constituição Federal que manda que os Poderes Legislativos Estaduais paguem aos Parlamentares valor equivalente a dois terços da remuneração dos Deputados Federais. Entende este Deputado, Senhor Presidente, que se encerra aí toda a discussão e a polêmica deste assunto que, sem dúvida alguma, coloca o Parlamentar à execração quase pública, não só no Estado do Paraná, mas Minas Gerais antecipou-se a ele, como tantos outros.

O Sr. Ezequias Losso - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Basílio Zanusso, estou ouvindo com atenção o pronunciamento de Vossa Excelência; e há diversos pontos com os quais concordo, entretanto, em relação a outros, permita-me Vossa Excelência apresentar alguma discordância, inclusive quanto ao aspecto legal. O dispositivo dos dois terços, nobre Deputado, não consta mais na Constituição Federal, constava para a Legislatura passada. Mas as próprias Assembléias Legislativas, as próprias Assembléias Legislativas resolveram manter a remuneração dos dois terços.

Agora há a considerar, nobre Deputado, um particular: cada gabinete parlamentar desta Assembléia Legislativa se transformou numa mini-secretaria de assistência social, quer nós queiramos, quer nós não queiramos. Ainda na semana passada, comparecendo a um sepultamento, estavam as pessoas ali reunidas preocupadas com o pagamento das despesas correspondentes ao sepultamento daquela senhora. Tinham conseguido Cz\$ 2 mil cruzados; faltavam Cz\$ 8 mil 500 cruzados, Deputado. Não restou outra alternativa senão este Deputado contribuir com esta parcela, senão, haveria um problema muito sério, muito delicado, pois os representantes da funerária estavam ali prontos a receber ou criar alguma dificuldade. Evidentemente, muito melhor seria se o Poder Público, se o Executivo cumprisse com essa parte. Mas eu teria condições de mandar à uma Secretaria de Estado para receber os Cz\$ 8 mil e 500 cruzados, Deputado Basílio Zanusso? Não acredito que seria atendida aquela senhora.

Então, eu não vejo nenhum absurdo, absolutamente, nas atribuições de recursos aos Deputados Estaduais. Agora, o que está havendo é uma grande confusão, lamentavelmente, entre colocação de recursos à disposição e remuneração de salários. Entende-se por remuneração, nobre Deputado Basílio Zanusso, um global de Cr\$ 92 mil cruzados, os demais valores correspondem às despesas que o Deputado Estadual vai realizar no exercício de suas funções.

Maldosamente alguns colocam como salário isso.

Então, caso se for considerar esse ponto de vista, quando um Secretário de Estado, por exemplo, contrata um jatinho, nós teremos de contabilizar no final do mês as despesas com o jatinho como um salário de Secretário de Estado.

O Deputado Estadual dispõe de uma verba para cobertura de despesas de transporte, que não é salário; dispõe de uma verba para cobertura de despesas com telefone, que não é salário; dispõe de outra para

comer, que não é salário. Nós temos que mudar a mentalidade a respeito do assunto. E não simplesmente dizer: meu salário de Deputado é de Cz\$ 400 mil, 450 ... Isso não é verdade! É uma soma de tudo o que é colocado à disposição do Deputado Estadual. Por isso Vossa Excelência me merece toda a consideração, todo o meu apreço, e tem razão em diversos pontos. Mas esses detalhes eu acho que são importantes para que a verdade realmente prevaleça. Tanto é que os Deputados Federais dispõem de verbas semelhantes e maiores, do que as dos Deputados Estaduais. Os Deputados Federais dispõem de cota de telefone maior que as dos Deputados Estaduais, a de combustível é maior que a dos Deputados Estaduais e percorrem as mesmas estradas do Paraná.

Nós temos as nossas limitações, até por uma questão de decisão própria.

Agora, se o preço das mercadorias e dos bens que devem ser consumidos aumentam, com essa inflação, a culpa não é do Deputado Estadual. A verdade é que essa questão de OTN's. E o que é OTN? OTN nada mais é do que correção. Apenas isso! Se um cidadão manda tirar um xerox na esquina e custa um cruzado hoje, no mês seguinte vai custar um cruzado e mais o que a OTN cresceu. Então é apenas a manutenção de uma condição de continuidade das atividades.

E por isso eu não vejo nada de absurdo, não vejo nada de vexatório, Deputado.

Agora, aqueles intérpretes que estão levando à imprensa uma série de conclusões, e alguns até que foram buscar junto a pessoas dinheiro para fazer campanha eleitoral em troca de compromissos de ação futura, isto eu considero muito mais imoral do que receber lícitamente o necessário para a cobertura de despesas com o exercício do mandato. Cabe acrescentar que o mandato parlamentar é por tempo determinado. Ele não é eterno e não é perpétuo, por isso, há necessidade de se oferecer infra-estrutura para que seja bem desempenhado. Finalmente, a transparência pleiteada por Vossa Excelência é conveniente, pois, enfim, a verdade deve ser divulgada.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Nobre Deputado Ezequias Losso, estou há muitos anos nesta Casa ao lado de Vossa Excelência e somente agora, nesse início de Legislatura, é que estamos em Partidos Políticos diferentes, mas estamos ideologicamente juntos e somos ambos de partidos liberais.

Conheço Vossa Excelência como conheci e convivi aqui com o seu irmão Igo Losso, sabendo o alcance da dignidade pessoal de Vossa Excelência e de sua família. Da mesma forma, eu me considero muito à vontade para tratar desse assunto porque estou há

cinco legislaturas ...

O Deputado Losso foi mais de uma vez Secretário desta Casa e eu fui, por uma vez, 1º Secretário. Conhecemos, portanto, como funciona esta Casa.

E por dedicarmos, permita-me Vossa Excelência, assim entendendo eu, tempo integral na atividade parlamentar, também sei que o Deputado, quase tudo o que ganha, gasta em despesas de viagens e representação com eleições sucessivas, porque eu quero crer Vossa Excelência não tenho quem financie através de empresas ou grandes proprietários, ou amigos, com recursos para financiar a minha campanha, como a de Vossa Excelência. Portanto, estou muito à vontade para tratar deste assunto, porque quero encarecer à Executiva desta Casa, pois não podemos ficar expostos ao ridículo. Tem que ser esclarecido. Não somos o Executivo, que bate no peito e que fala que vai receber Cz\$ 90 mil cruzados e os Deputados Cz\$ 450 mil, mas que não sai de cima de jato, pois nós não sabemos quanto gasta o Executivo com mordomias nos melhores hotéis do País, e em farta publicidade na promoção pessoal e do seu Partido. Não me consta que o Poder Legislativo disponha de verbas, Deputado Ezequias Losso, para sequer fazer esclarecimentos à opinião pública, como ocorre agora a oportunidade.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Consulto a Vossa Excelência, quanto ao aparte, tendo em vista que falta menos de um minuto para o término do seu tempo. Se for o caso, eu declino.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Se Vossa Excelência entender necessário, concedo o tempo que me resta para o seu aparte.

O Sr. Pedro Tonelli - Declino, tendo em vista que é muito pouco tempo para desenvolver meu raciocínio.
Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Dou por encerrado o meu discurso, Senhor Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)
Terminado o Horário do Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL, se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança

do PTB se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao líder do PTB, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Usamos o Horário da Liderança do nosso Partido para encaminharmos à consideração da Casa três requerimentos.

O primeiro é um requerimento comum onde apelamos ao Senhor Secretário de Estado da Segurança, encaminhando um abaixo-assinado dos moradores do bairro Bom Retiro, no sentido de que Sua Excelência não permita a desativação do módulo policial ali existente. Não sei que política é esta, da Secretaria de Estado da Segurança, de desativar os módulos policiais, que foram tão bem recebidos pela população quando da sua implantação. Até agora não veio à esta Casa uma explicação lógica para que entendamos a razão de se deixar desguarnecida a população com a desmobilização e desativação destes módulos policiais.

O segundo requerimento é pedindo a transcrição em Ata de um artigo publicado no Jornal "Gazeta do Povo", do dia 23, de autoria do consagrado jornalista Antônio Carlos Lacerda, cujo título diz o seguinte: "Quanto custa o Parlamento aberto? Sempre haverá quem pague o dobro para mantê-lo fechado". É um conceito, uma frase daquele que foi um dos melhores Deputados desta Casa, pelo menos, um dos mais dignos, dos mais sérios e dos mais competentes, o ex-Deputado Humberto Emílio Carazai. Esse artigo retrata essa onda da hipocrisia que existe contra os vencimentos dos Senhores Deputados, quando agora, para minha surpresa, vejo o Líder do PMDB, nesta Casa, pedindo à mesa que archive a Proposição e que vai reajustar em OTNs a verba de representação. Isso é covardia!

Por que é que se votou? Isto é fazer mais uma vez o que faz o avestruz, é colocar a cabeça na areia até que a tempestade passe.

Então a população vai acreditar que o simples arquivamento de uma proposição dessa natureza, possa reduzir os subsídios e vantagens recebidas pelos senhores Deputados? Isso é pura enganação; é empulhamento contra a opinião pública, é covardia de quem assinou esse documento! Desculpe-me a franqueza. Covardes e hipócritas são aqueles Parlamentares que mentem ao povo e que vêm receber o seu vencimento. Covardes são aqueles que com o simples pedido de arquivamento de uma proposição, pensam que a população vai acreditar nessa empulhação.

Votei favoravelmente, porque considero uma proposição digna de respeito, porque é o próprio Conselho Monetário Nacional quem determina que tudo neste País seja reajus-

tado pela moeda que vale, porque cruzado não vale, e sim a OTN; votei favoravelmente, votei conscientemente e repudio este documento assinado pela maioria dos Senhores Parlamentares.

O terceiro assunto Senhor Presidente, é um requerimento dirigido aos nossos três representantes no Senado. Os eminentes Senadores Francisco Leite Chaves, Afonso Alves de Camargo e José Richa.

É o seguinte: A Câmara dos Deputados aprovou no dia 19, deste mês, uma Mensagem do poeta maranhense José Sarney. Encaminhou-a uma mensagem ao Congresso Nacional propondo o alargamento da faixa de incidência do Imposto Sobre Serviços cobrado pelas Prefeituras, de 50 atividades econômicas para 107. É a mesma história do avestruz.

Os Prefeitos pressionam o Planalto por uma reforma tributária. As Prefeituras, de chapéu na mão, sem recursos mas o Governo da República, da Nova República, no qual se inclui o PMDB de Ulysses Guimarães, não quer abrir mão da Receita da União, principalmente num ano eleitoral, mas não querem perder também o apoio dos prefeitos deste País.

Então, a solução é a mesma de sempre: é "botar a mão no bolso", do contribuinte, é alargar a faixa de incidência das atividades econômicas sujeitas ao Imposto Sobre Serviços, de 50 para 107. E o que é pior, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, por uma simples ligação telefônica, realizada dentro do Município, paga-se ISS, além do impulso que é miseravelmente fraudado pelas Companhias de Telecomunicações, pois o cidadão, além da mensalidade, além do impulso, além do excesso de impulsos, além do Imposto sobre Telecomunicações que é uma vergonha, ainda vai pagar Imposto Sobre Serviços aos Prefeitos Municipais, por ligações telefônicas realizadas. O cidadão ao entrar numa farmácia para tomar uma injeção, vai ter acrescido no preço da aplicação da injeção, o Imposto Sobre Serviços.

Quando formos enterrar os nossos mortos, além do que se paga às funerárias, que não tem nenhum controle, nós vamos também pagar ISS. E o pior de tudo, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, que é uma Lei Complementar, porque altera o Código Tributário Nacional. Lei Complementar, nós temos obrigação de saber, que é um quorum qualificado.

Sabem, Senhores Deputados, como foi aprovada esta mensagem do poeta maranhense José Sarney? Através de voto das Lideranças. Isto é tripudiar sobre o povo brasileiro, porque lei como essa, que exige quorum qualificado, não pode ser votado senão por este meio. Mas, era difícil a sua obtenção, nesse período de encerramen-

to do ano legislativo e todos nós sabemos que qualquer alteração tributária, só pode vigir se aprovada no exercício imediatamente anterior.

Então, processou-se pelo lado mais simples. Buscou-se o consenso através do voto das Lideranças de 7,8,9 Partidos e cada Líder votou em nome da maioria, exigida pela Constituição para o exame de leis complementares, como por certo exigirá a futura Constituição.

Agora, esta violência cometida contra o povo brasileiro, há de ter uma cobrança. Nós esperamos que os eminentes Senadores do Paraná, quando a lei for ao Senado, no início da próxima semana protestem contra essa forma de aprovação, que exijam o quorum qualificado, que emendem a mensagem governamental, suprimindo atividades que jamais deveriam ser taxadas, como a ligação telefônica, como o servidor funerário, como o serviço de aplicação de injeções. Então, nós encaminhamos esse requerimento que, eu tenho certeza, terá o apoio desta Casa, para que a Presidência, com a maior urgência, providencie um telex do inteiro teor do nosso requerimento aos eminentes Senadores Paranaenses, para que no futuro possamos dar novamente um voto aos Senadores.

Eu me sinto à vontade, porque eu votei nos Senadores Afonso Alves de Camargo e José Richa, jamais votaria em Leite Chaves, mas votei nos dois eminentes Senadores. Então, como contribuinte, como brasileiro e como representante de um segmento da população do Paraná, eu estou cobrando uma atitude clara, insofismável desses eminentes Senadores em favor do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Consulto à Liderança do Partido Democrático Trabalhista, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a Liderança do Partido Democrático Trabalhista, nesta tarde, para manifestar alguma coisa a respeito do que aconteceu ontem, envolvendo o Presidente José Sarney.

Para dizer inicialmente que, quando as liberdades são negadas, quando o direito de expressão é suprimido, e o povo é massacrado pelo exercício do seu direito de liberdade, de manifestação, as instituições estão doentes, enfraquecidas e o seu fim poderá ser bem próximo. Este o pensamento que nos assaltou quando ouvimos o noticiário nacional, dando conta das ocorrências verificadas e que marcaram a visi-

ta do Presidente da República ao Estado do Pará. É terrível, mas verdadeiro, Senhores Deputados. Voltamos, pelo que se pode ver, ao tempo que pensávamos até que estivessem já enterrados, sepultados e mortos: época da ditadura, de pressão, e tempo de arbítrio, também.

Voltamos aos tempos onde as liberdades não passavam de sonhos acalentados pelos brasileiros e pelas brasileiras. Retornamos aos tempos de pesadelo, onde a imprensa que busca os fatos para informar a verdade, é violentada em seu sagrado direito de informar.

Vejam, Senhores Deputados e isto atinge a todos independentemente de partido, porque temos a certeza que também os homens do PMDB, os autênticos, os peemedebistas de primeira hora estão, como nós, revoltados, magoados e extremamente preocupados com os rumos que estão levando este País para uma situação de total intranquilidade.

Vejam a imprensa hoje, ao pegarmos todos os jornais, as manchetes são quase todas as mesmas. Elas se repetem, modificando, quando muito, o texto de cada um dos seus articulistas.

Na "Gazeta do Povo", de hoje diz: "Tumultos na visita de Sarney a Belém do Pará". A festa que o Ministro Jader Barbalho e o Governador Hélio Gueiros preparavam para o Presidente José Sarney, que assinou o Decreto devolvendo 72% das terras devolutas ao Pará e aos demais Estados da Amazônia, acabou se transformando em fracasso. Menos de 200 pessoas estiveram no aeroporto e nem 400 assistiram ao discurso e ato de revogação do Decreto Lei nº 1.164, que em 1971, permitiu a maior federalização fundiária da história do País.

Para evitar apupos, vaias, xingamentos e exibição de manifestantes, com faixas de protesto, a polícia reprimiu com violência, prendendo e indiciando 17 pessoas, mas espancando vários outros, inclusive, jornalistas.

Durante as 5 horas em que estive em Belém, o Presidente esteve quase sempre tenso, mostrou-se inseguro nos acenos às pessoas que o aplaudiram nas diversas aparições públicas, porque as expressões de apoio sempre foram seguidas de atos de austeridade.

Talvez, prevendo este clima, a segurança presidencial montou o maior e mais rígido esquema de proteção à visita de um Presidente desde que o General Figueiredo esteve em Belém, há 7 anos. Os tumultos porém, foram ainda maiores. Apesar da disponibilidade de vários ônibus, e da arregimentação organizada pelo Governo e políticos do PMDB, menos de 200 pessoas estavam no aeroporto, além das autoridades, para receber José Sarney. Havia muito mais

soldados da polícia militar, civil e do exército, que praticamente populares que estivessem ido lá para aplaudir e receber o Presidente José Sarney.

Ao longo do trajeto do aeroporto até o Centro de Convenções, com 12 km, haviam soldados da PM um em cada poste de iluminação pública.

Um estudante de colégio foi preso porque estaria organizando uma manifestação de protesto; uma emissora de rádio anunciou que os estudantes haviam se deitado na Av. Almirante Barroso, uma das principais de Belém, para impedir a passagem do ônibus do Presidente. E a partir daí, começaram a surgir boatos sobre agressões ao Presidente e manifestações também.

Não houve apenas manifestações, ocorreram também espancamentos. Um jornalista foi chutado, um cinegrafista derrubado e outros empurrados pelos soldados da PM, quando tentavam documentar as prisões. Elas foram rápidas e mais numerosas do que se esperava.

Então é tudo isso aí, Senhores Deputados. É lamentável, e nós, do PDT, nos mostramos preocupados com esta situação, pois não queremos isso a ninguém, nem ao Presidente José Sarney, nem a nenhum político, de qual seja o Partido, porque isto gera intranquilidade, neste País.

Não apenas manifestantes foram espancados, a imprensa não foi respeitada, aliás há muito tempo que não se respeita a imprensa, neste País.

Vejam bem, homens da imprensa, que realizavam o seu trabalho, foram impedidos de o fazer, foram violentados no seu sagrado direito de liberdade de ação, no exercício de suas funções profissionais da imprensa. E as notícias, todas, que correm hoje pela imprensa, dispensam até maiores comentários.

Coincidência ou não, hoje, quando nós fazíamos uma reflexão, sobre os nefastos acontecimentos de Belém, nos caiu às mãos, esta afirmação vinda de um dos maiores vultos da História Brasileira e um dos maiores defensores da democracia e da liberdade, Rui Barbosa.

Dizia ele: "O mal nunca vence o bem, senão usurpando a este o necessário para iludir e arredar, fraudar e substituir para vencer. Se a injustiça, a mentira, o egoísmo, a cobiça, a baixeza moral, a inveja, o rancor, a vingança, a traição, aparecessem nus, aos olhos do povo, aos olhos da sociedade, aos olhos do mundo, ninguém pretereria o mal ao bem, e o bem não seria jamais, desterrado pelo mal.

Mas o mal e sobretudo o mal político é essencialmente falso, falsificado".

É isto, já o dizia o velho Rui Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Consulto, no Horário das Lideranças, o ilustre Deputado Pedro Tonelli, se fará uso de seu Horário.

Com a palavra o Líder do Partido dos Trabalhadores, Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares que compõem lamentavelmente, a Minoria, nesta Sessão de hoje, desta Casa de Leis. Certamente, muitos nos consideram antipáticos, por mais uma vez usarmos esta brilhante tribuna desta Casa, representativa das aspirações populares do Estado do Paraná, para nos preocuparmos com uma questão que talvez, é uma questão secundária, ou que faz parte da periferia da política dos homens de bom senso deste Estado.

Não vim preparado para desenvolver raciocínio, nestes termos, mas devido às intensas provocações que, lamentavelmente e repetidamente acontecem nesta Casa, uso este espaço, importante, nesta tribuna, para manifestar, mais uma vez a posição do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa a pareceres emitidos publicamente hoje, nesta tribuna.

De maneira alguma posso concordar com as justificativas alegadas pelo nobre Líder da Bancada do PFL, nesta Casa, Deputado Basílio Zanusso, quando tenta alegar e justificar o repasse de recursos do Executivo, para colocá-los à disposição do Legislativo Paranaense, como se isso fosse resolver os problemas sociais que são visíveis em todo o Estado do Paraná.

Com o que eu concordo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que esta Casa de Leis tem, sim, a responsabilidade de contemplar as necessidades básicas de toda a população paranaense. Eu falei de toda, e não só daquela meia dúzia que muitas vezes tem a oportunidade de procurar um ou outro Deputado.

Concordo, sim, que os Parlamentares e este Parlamento tem que legislar sobre os recursos do Estado. E digo mais, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós parlamentares temos que legislar não só sobre Cz\$ 81 milhões de cruzados, e sim sobre Cz\$ 202 bilhões de cruzados, porque este valor é que pode acalmar esta situação de terror, de fome e miséria em que vive a população do Estado do Paraná.

Portanto, este Parlamento não pode assumir, que ele, com Cz\$ 81 milhões vai resolver o problema que aflige o povo paranaense.

Por isso, nós Parlamentares, se fôssemos do Partido dos Trabalhadores, certamente não poderíamos aceitar Cz\$ 81 milhões para esconder os mais que Cz\$ 200 bilhões de cruzados, que irão ser destina-

dos não sei para quê.

Por isso, quero afirmar: a nossa função nesta Casa de Leis, precisa voltar à sua origem, ser um Parlamento que procura contemplar, na lei, o direito de todos os paranaenses e não somente para os nossos clientes, aquela meia dúzia que nos procura em nossos gabinetes, ou em qualquer esquina por aí.

O segundo ponto que eu queria destacar nesta sessão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que nós estamos escondendo a função principal do Poder Legislativo em qualquer lugar do mundo, seja na social-democracia, no capitalismo democrático, pois no socialismo os parlamentos têm a função de corrigir e de fiscalizar o Executivo e esta Casa de Leis não está reconhecendo esse papel que nos é conferido. Prefere dar presentinho para um e outro, resolver aqui, acolá e não assume o grande poder que nós temos, de fiscalizar o Prefeito, o Governador, o Presidente da República, os Secretários, os Ministros, enfim, os projetos governamentais para ver se o dinheiro público está sendo usado pelas leis que aprovamos aqui nesta Casa de Leis, e certamente garantem o direito do povo.

Outra questão a que quero fazer referência é sobre a opinião emitida pelo Líder do Partido Liberal nesta Casa, quando tenta explicar o salário parlamentar. Olha, eu acho que nós não podemos acreditar que o que está aqui nesta Casa, e que vive ali fora, vive ainda na era da tartaruga, na era caranguejo. Creio que não, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Acredito eu que esta tese defendida pelo nobre Líder do Partido Liberal, a de que o salário é de Cz\$ 92 mil cruzados, é simplesmente tese, porque na prática, quando a gente vai ver, a situação é outra.

Houve denúncias que, se fossem apuradas, certamente seriam comprovadas, que, até a Verba de Assistência Social pode e foi e talvez continue sendo, transformada ilegalmente, é lógico, em salário Parlamentar!

Outra afirmação, com a qual eu não concordo, pelo grau de raciocínio desenvolvido aqui pelo Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, concordo na sua frase, mas não concordo com a sua justificativa, quando ele disse aqui que muitos Parlamentares nesta Casa mentem para o povo e depois vêm receber.

Isto é verdade - isto é verdade! Eu não sei quantos, mas na verdade, na prática política deste Estado muitos prometem Reforma Agrária, prometem lutar pelo aumento salarial, prometem melhores condições de saúde, melhores condições de moradia, prometem o céu e prometem o inferno,

e a gente não vê esse mesmo comportamento aqui, na hora da ação pública e da ação oficial para a qual nós fomos designados. Portanto, esta é uma constatação que realmente nós temos que fazer.

Outra afirmação dita pelo Líder da Bancada do PTB, quando afirmava, justificando que é preciso reajustar em OTN's. Com esta, eu também posso concordar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, desde que todos os valores estabelecidos neste País fossem estabelecidos em OTN's. Porque nós estabelecemos certos valores em dólares, outros em OTN's, e quando chega a hora de estabelecer salário para o trabalhador, isto é feito em cruzados! Quando na hora de estabelecer preço do produto, se faz em cruzados. Quando é para reajustar salários do funcionalismo público, lá não está estabelecido em dólares, ou em OTN's Senhor Presidente e Senhores Deputados!

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, todos os cidadãos brasileiros e paranaenses, no artigo 1º da Constituição está explícito que todos são iguais perante a Lei. Por que uns têm reajustes estabelecidos em OTN's, outros em cruzados e têm reajuste somente uma vez por ano?

Portanto, em nome da justiça, em nome da igualdade, em nome da transparência, em nome da moralidade e em nome da seriedade política, é que nós mais uma vez, lamentavelmente, voltamos a esta tribuna, para nos contrapor a posições equivocadas de companheiros Parlamentares paranaenses.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pedindo escusas ao nobre Deputado Nilton Barbosa e ao nobre Deputado Ezequias Losso por não lhes haver concedido apartes devido ao curto tempo, mas na próxima oportunidade lhes concederei aparte.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti). No Horário das Lideranças, consulto ...

O SR. RAUL LOPES - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicitaria que Vossa Excelência registrasse as presenças, neste recinto, dos seguintes companheiros da Polícia Militar: Senhor Presidente da Associação do Clube dos Oficiais da Polícia Militar, Coronel Eliseu Ferraz Furquim; Senhor Presidente da Sociedade dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, José Carlos Jerônimo e Senhor Presidente da Associação Benficiente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar, Sebastião Feres de Souza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Esta Presidência agradece as pre-

senças de tão ilustres autoridades neste Parlamento.

Sejam bem-vindos!

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, durante o seu pronunciamento, o Deputado Pedro Tonelli fez uma denúncia de que haveria por parte de alguém a adulteração de documentos referentes à assistência social. Acredito que a Mesa da Assembléia Legislativa deverá tomar as providências devidas a intimar o Senhor Deputado para que declare quais são os Senhores Deputados e de que forma estaria sendo transformada a verba de Assistência Social em remuneração. Peço as providências portanto, o mais urgente possível.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Respondendo a questão de ordem do Líder ...

Um momentinho, Excelência. Respondendo à Questão de Ordem do Deputado Ezequias Losso, essa Presidência hoje, provisoriamente, vai passar à assessoria desta Casa, para que as providências sejam tomadas, para que o ilustre Deputado do Partido dos Trabalhadores, decline o nome dos Senhores Deputados que estariam falsificando assinaturas quanto às verbas de Assistência Social. Será levado à assessoria desta Mesa. Com a palavra, por Questão de Ordem, o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu gostaria de registrar que tanto a afirmação do Deputado Ezequias Losso, quanto de Sua Excelência, que exerce a Presidência nesse momento, não correspondem as que expressei! Eu não falei em falsificação de assinaturas, nem em alteração de documentos, disse que existem denúncias. Só queria registrar que quem não deve, não teme.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Cada cabeça, uma sentença. Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso de seu Horário.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No meu Jornal, "A Marcha do Sudoeste", onde presto contas à sociedade paranaense, no primeiro editorial, na última frase eu dizia, como Deputado Estadual do Paraná.

"E por favor, não esqueçam as palavras de João Paulo II: se errar, corrijam-me".

E, venho à tribuna, para ser coerente com aquilo que assinei e escrevi para dizer que estou me corrigindo. Errei ao as-

sinar uma Resolução que permitia o reajuste da Verba de Representação dos Senhores Deputados, em OTN's, mensalmente. Assinei esta proposição como integrante da Comissão de Constituição e Justiça. E venho à Tribuna, também, para dizer que se encontra na Mesa um requerimento, assinado por vários Deputados desta Assembléia Legislativa e posso afirmar pela sua grande maioria, solicitando que a Resolução de aumento da Verba de Representação em OTN's seja arquivada, considerando que o seu processo de votação ainda não chegou ao seu final, já que depende de mais uma votação e de Redação Final.

E, quero dizer mais, o Deputado Pedro Tonelli, verberou agora, contra o reajuste em OTN, da Verba de Representação, mas não tomou nenhuma iniciativa, quando nós encaminhamos este Requerimento à Assembléia, e o Deputado chega atrasado, permanecendo apenas com a denúncia pela denúncia.

Acho que nós temos que ter a dignidade, a honradez, de confessar o erro, porque se nós assim estamos fazendo, foi porque a sociedade paranaense, através das denúncias que esta sociedade fez a inúmeros Deputados, exigiu com que nós nos corrigíssemos. Estamos nos curvando ante o clamor da opinião pública e não há nenhum desdouro em chegar à Tribuna e confessar, publicamente o erro, invocando Sua Santidade, o Papa João Paulo II, da mesma maneira que ele, quando tomava posse, pedia aos seus comandados e afilhados de fé, que assim o fizesse, na medida em que ele errasse.

O Sr. Haroldo Rodrigues Ferreira - Deputado Nereu Carlos Massignan, permite-me um aparte?

O Sr. Algaci Túli - Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela ordem, eu já tenho pedido de aparte dos Deputados Paulo Furiatti, Domingos Scarpellini, Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira e depois do Deputado Algaci Túlio. Eu concedo então pela ordem ao Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Deputado Nereu Carlos Massignan, a bancada do PMDB com esta atitude reconhece o clamor da opinião pública e coloca o Parlamento Estadual na posição que deve estar, como o mais democrático dos Poderes, como aquele poder que sabe interpretar a vontade popular. Se não tomarmos uma atitude como esta, perderemos autoridade no dia-a-dia do poder político da Assembléia Legislativa de exigir mudanças estruturais neste País. Muito pouca gente volta atrás em relação aos be-

nefícios e eu acho que a atitude de humildade dos Parlamentares do PMDB, como o é essa posição engrandece o Parlamentar e o Parlamento e, sobretudo, sabe respeitar a vontade popular, porque sem dúvida alguma a população não concordou com o ato e o que nos resta é concordar com a mesma, voltar atrás nesta medida, e até pedir desculpas.

Era isso, Senhor Deputado.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Concedo aparte ao Deputado Domingos Scarpellini.

O Sr. Domingos Scarpellini - Estou atento, nobre Deputado, ao que Vossa Excelência vem falando, assim como todo o Parlamento ao que o povo falou e continua falando pelas ruas de Curitiba, no Paraná. Realmente, tomamos uma medida amadurecida, uma proposta que foi o consenso da Bancada do PMDB. E não podia ser diferente, pois grande parte do povo brasileiro, revoltado com a situação de vida do trabalhador manifestou-se e o povo do Paraná, também, através de suas Lideranças. E a Assembléia Legislativa do Paraná toma mais essa medida decente ao rever uma posição anteriormente firmada.

Esta de parabéns Vossa Excelência por ter sido um dos articuladores para que essa medida saneadora fosse feita em prol da moralidade e em respeito ao povo do Paraná.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nobre Deputado, de parabéns estamos todos os Deputados, que assinaram e que vão assinar, porque o requerimento ainda tramita por essa Casa, com tal iniciativa. O parabéns individualizado não cabe a mim, mas sim, a todos os Parlamentares que aceitaram essa idéia e assinaram o documento.

Concedo aparte ao Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

O Sr. Haroldo Rodrigues Ferreira - Deputado Nereu Carlos Massignan, acho que as últimas palavras foram bem esclarecedoras sobre a proposta que Vossa Excelência está defendendo na tribuna, não como sendo uma proposta única e exclusiva do Deputado Nereu Carlos Massignan, esse brilhante Deputado, companheiro e amigo que nós estamos aprendendo a admirar a cada dia aqui na Assembléia Legislativa. Reflete, acima de tudo, essa proposta contida no requerimento que Vossa Excelência defende no Horário da Liderança do PMDB, uma proposta realmente de voltar atrás, mas voltar atrás acima de tudo de cabeça erguida, porque é através das várias denúncias feitas pela imprensa, e vai aqui, sem dúvida nenhuma,

o registro do papel importante da imprensa de estar acompanhando os trabalhos a nível do Legislativo. Legislativo esse que fez com que todos nós em campanha política disséssemos que o seu papel principal é de fiscalizar, informar e passar à população as informações que ela realmente merece receber de todos nós. Entendo que a suspensão e o arquivamento daquela proposição vem ao encontro das aspirações da população do Paraná e eu, principalmente, fico contente por ter assinado este documento, porque na região Sudoeste, na nossa base eleitoral, fomos procurados por toda a população e pelos segmentos representativos da nossa comunidade, fazendo severas críticas e pedindo, inclusive, que nós, como representantes daquele região, revíssemos a nossa postura aqui na Assembléia. Assim, congratulo-me com o companheiro Nereu Carlos Massignan, assim como com todos os Deputados que souberam, neste momento, voltar atrás.

O SR. ALGACI TÚLIO - (aparte) Queria cumprimentar o Deputado Nereu Carlos Massignan ...

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Esta Presidência informa que o tempo de Vossa Excelência está encerrado e lhe dará 30 segundos.

O SR. ALGACI TÚLIO - ... só para completar, queria dizer que também estou colocando minha assinatura neste documento e que ontem, já conversava com o Deputado David Cheriegate e Vossa Excelência quando me consultava pode confirmar que eu também dizia estar de acordo com este documento. Portanto, pode ter certeza que este Parlamentar está identificado com a sua proposta.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Infelizmente não tenho mais condições de conceder aparte, dada a advertência da Mesa e vou concluir. Quero dizer que esta posição é uma posição que vai firmar jurisprudência neste Parlamento em que as palavras transparência, moralização, democratização se transformam hoje em uma realidade. O Parlamento paranaense, hoje, dá um exemplo na medida em que nós, reconhecendo o erro, podemos ampliar esta discussão e estarmos sempre atentos àquilo que a sociedade paranaense cobra dos políticos e do Parlamento e, por último, o meu reconhecimento e o meu aplauso à imprensa, que no seu trabalho digno e honrado fez com que nós, conscientemente, tivéssemos a humildade, mas, acima de tudo, a dignidade de rever um erro e restabelecermos a respeitabilidade da Assembléia.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Para registrar que sempre fui a favor da postura defendida, hoje pelo Deputado Nereu Carlos Massignan que ocupou a tribuna e gostaria de dizer que esperamos que este erro não aconteça mais. Não é a primeira vez que em uma semana se vota a favor e na outra se vota contra. Portanto, gostaria que todos nós lembrássemos deste ato e que isto não ocorra mais.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Para encerrar a Hora do Expediente, queria comunicar aos Senhores Deputados que o Deputado Domingos Scarpellini está convocando a Comissão de Terras, às 17:00 horas, na Sala das Comissões para debater uma série de problemas a respeito dos "sem-terras" e outros problemas da agricultura do Paraná.

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para os Projetos de Lei nº 350/87, 305/87 e de Lei Complementar nº 351/87.- **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 123/87), que visa majorar, a partir de 1º/01/88, os Vencimentos dos Cargos Efetivos, em Comissão e Funções Gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.- (Publ. no D.A. nº 138 de 23.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 350/87

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, origina-se de Mensagem Governamental nº 123/87 e ob-

jetiva majorar a partir de 1º de janeiro de 1988, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Não existe perante esta Comissão de Constituição e Justiça, qualquer impedimento legal ou constitucional que obste a tramitação da matéria nesta Casa de Leis.

Sendo assim, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, Presidente;
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 350/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei é oriundo da Mensagem Governamental nº 123/87, e tem por objetivo majorar, a partir de 1º/01/88, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o aspecto legal e constitucional, deu parecer FAVORÁVEL à matéria.

No que compete a esta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação da matéria por esta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do mesmo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente;

CÂNDIDO BASTOS - Relator.

Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Só para pedir à Mesa que ao enunciar o Processo, nos forneça também a página, porque nós estamos com 41 processos e para folhear fica um tanto quanto difícil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)
Folha 6, ilustre Deputado, folha 6.

Em discussão o Projeto nº 350/87. Encerrada a discussão.

Em votação.

Para discutir, concedo a palavra ao

Senhor Deputado Raul Lopes, do PMDB.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Segunda-feira ocupamos esta tribuna para exaltarmos a Sua Excelência o Governador do Estado quanto à satisfação que pairava, ou melhor, que paira no sistema de segurança pública do Estado do Paraná, em especial na Polícia Militar, e em especial ainda por este Parlamentar que lhes fala.

Dizíamos da satisfação, da alegria, visto que há mais de 35 anos não víamos, e nem assistíamos na corporação uma atenção tão agradável voltada, sensibilizada para a área da segurança pública do Paraná.

Sua Excelência o Governador, atendendo aos reclamos, à angústia e à aflição constantes dos companheiros da área de segurança pública, nesse dia e atendeu-os com um aumento bastante substancial.

E eu quero nesta oportunidade, antes de fazer algumas observações, renovar e fortalecer os meus cumprimentos a Sua Excelência o Governador do Estado, porquanto eu quero crer que ele não sabe, e desconhece o que realmente aconteceu quando da Mensagem encaminhada a esta Casa, e divulgada através dos órgãos de comunicação.

Tão logo tomamos conhecimento fomos analisar, avaliar os cálculos e ficamos surpresos com o diferenciamento prejudicial para a Polícia Militar do Estado do Paraná.

Falava Sua Excelência, o Governador, na época, da necessidade e até mesmo assim se pronunciou nos órgãos de comunicação deste Estado, que ele daria um aumento bastante diferenciado para os órgãos de segurança pública, porquanto eram os mais carentes, os mais necessitados, e que precisavam na época receber uma atenção toda especial e assim o fez.

Todavia, os cálculos emanados pela Secretaria de Estado da Administração, com assessoramento da Secretaria de Estado da Segurança Pública ocorreram de forma diferente.

Lamentavelmente, os companheiros da Polícia Militar foram surpresos com um achatamento no seu nível salarial na pirâmide dos soldados da Corporação. Uma extensão toda diferenciada, em prejuízo aos companheiros da inatividade da Polícia Militar.

Isto posto, imediatamente procuramos o Secretário de Estado da Administração, que gentilmente nos atendeu, e colocou à nossa disposição a sua equipe técnica, para avaliar, apreciar e ver de onde procedia, então, o erro. Analisado, avaliado, prometeu-nos hoje ainda que encaminharia a Sua Excelência o Governador, uma correção em forma de uma mensagem aditiva, para que

tal não viesse acontecer, uma vez que os ânimos dentro da Corporação passaram a existir, devido a preocupação. Mas, confiantes em Sua Excelência, o Governador do Estado, e confiantes nos dois Secretários responsáveis pela apreciação, era enorme, era grande a preocupação, e eles, através destes Parlamentares, esperavam que alguma coisa fosse feita pela Polícia Militar. As associações representadas, como tive a oportunidade de aqui apresentar, pelo Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar, do Clube dos Sub-Tenentes e Sargentos da Corporação, idem dos Cabos e Soldados que se faziam presentes de forma uníssona, coesos, pela primeira vez escreveram um telex e mandavam a Sua Excelência o Governador do Estado, ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Secretário de Estado da Administração, fazendo ver o erro, e do lamentável incidente que havia ocorrido. De sorte que venho a esta tribuna para aqui, ao enfocar, prestar um testemunho preocupante, para que esta situação seja recuperada, a fim de que estes companheiros não sejam prejudicados.

Tenho certeza que tão logo o Governo tome conhecimento, irá por certo nos atender plenamente.

Este anseio não é só deste Deputado que fala. Tenho certeza que será de todos os presentes desta Casa.

Declino da leitura, visto que faço de forma sucinta, e breve, peço à Mesa que aceite o encaminhamento deste Deputado e que se registre e conste nos anais desta Casa e que possa assim tranquilizar os companheiros da Corporação Policial Militar, face aos prejuízos que no momento estão a sofrer caso este projeto realmente seja aprovado.

Pretendo, evidentemente, tão logo deixe esta sessão, dirigir-me à Secretaria de Estado da Administração e com o Secretário acompanhar o trabalho que neste momento está sendo realizado. Isto posto, Senhores Deputados, Senhor Presidente, agradeço com bastante sensibilidade, no momento em que tenho esta oportunidade de levar ao conhecimento público dos companheiros aquilo que realmente está acontecendo.

Tenho certeza que Sua Excelência, o Senhor Governador, irá entender e irá corrigir, e dele naturalmente deverá vir, como assim recomendamos, uma mensagem para a correção ainda em tempo do que realmente está acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.- Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

305/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 101/87), que retifica o Art. 1º, da Lei nº 7.522, de 17/11/81, para que dele conste que o imóvel da Rua Treze de Maio será transferido ao patrimônio da COHAPAR e, em consequência, que o da Rua Barrão de Antonina seja doado à Associação do Deficiente Motor, doação esta para finalidade certa e com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- (Publ. no D.A. nº 124, de 28.10.87, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 305/87

PARECER:

Intenciona o Poder Executivo, através do presente Projeto de Lei, alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 7.522, de 17 de novembro de 1981 que autoriza o Governo do Estado a subscrever aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, mediante integralização pela incorporação de imóvel de propriedade do Estado, devidamente descrito no "caput" do artigo 1º do Plano de Lei, vez que o imóvel de que tratou a legislação que se pretende alterar está sendo ocupado pela Escola Especializada "Tia Vivian Marçal".

De outra parte pede autorização para proceder à doação deste segundo imóvel à entidade ocupante, gravada, evidentemente, com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e condicionando-se sua utilização, sob pena de reversão ao patrimônio estadual.

Do ponto de vista técnico legislativo faltou ao plano a anexação do inteiro teor da Lei que se pretende alterar.

Entretanto, coube ao relator da matéria a compulsão da legislação em epígrafe, onde constatou-se a veracidade das afirmações contidas no Projeto, o que de certa forma sana a irregularidade.

Sob o aspecto da legalidade e constitucionalidade, adequa-se o procedimento à iniciativa governamental contida na Carta Magna Estadual.

Dessa forma, manifestamos nosso entendimento favorável à aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DUALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
ERONDY SILVÉRIO - Relator.
Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)
Esta Presidência defere e pede à Primeira Secretária para proceder à contagem

dos Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Treze Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Nenhum rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 305 e 329/87.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Com-

plementar n°s 101 e 307/87;

e do Projeto de Lei n° 25/87.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 117/83, 236/86, 26, 155, 166, 167, 209, 215, 216, 272, 275, 281, 283, 288, 291, 293, 296, 297, 302, 303, 309, 318, 321, 327 e 350/87;

e do Projeto de Resolução n° 51/87.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 351/87, dos Projetos de Lei n°s 183, 300 e 308/87, e dos Projetos de Resolução n°s 74, 75, 76, 77, 79, 87/87.

Dos Projetos de Lei n°s 39, 352 e 353/87; e dos Projetos de Resolução n°s 88 e 89/87.

Levanta-se a sessão.